

**ATA DA 60ª REUNIÃO DA
CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS,
REALIZADA EM BRASÍLIA - DF**

DATA: 12 e 13/04/2004

PARTICIPANTES:

Ministério do Meio Ambiente - SRH: Julio Thadeu Silva Kettelhut (julio.kettelhut@mma.gov.br)
Ministério da Justiça: Byron Prestes Costa (byron.costa@mj.gov.br)
Ministério da Integração Nacional: Fernando Cabral (sih@integracao.gov.br)
Ministério das Cidades: Valdemar Ferreira de Araújo (valdemar.araujo@cidades.gov.br)
Ministério do Meio Ambiente - ANA: Reginaldo Pereira Miguel (reginaldo@ana.gov.br)
Ministério de Minas e Energia: Ana Salett Pereira Marques (anasalett@dnpm.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – São Paulo/Rio de Janeiro: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Piauí/Sergipe: (ausência)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Minas Gerais/Espírito Santo: Adriana Araújo Ramos (adriana.amos@igam.mg.gov.br)
Conselho Estadual de Recursos Hídricos – Ceará/Bahia: (ausência)
Concessionárias e autorizadas de geração hidrelétrica: Marcelo Roberto Rocha de Carvalho (mrrcarv@furnas.gov.br)
Indústrias: Maria Luiza Werneck (mwerneck@cni.org.br)
Pescadores e usuários de recursos hídricos com finalidade de lazer e turismo: Jackson de Araújo Reis (jackson@ctrq.com.br)
Comitês: Fernando Antônio Rodrigues Netto (bpp@daee.sp.gov.br)
Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete José Tokarski (donizete@ecodata.com.br)
Organizações não governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco (ninon@alternex.com.br)
Organizações técnicas e de ensino e pesquisa: Anna Virgínia Machado (astec@abes-dn.org.br)

CONVIDADOS:

Alberto Schwartzman – IGAM-MG
Andréa Carestiatto – Ipanema (acarestiatto@uol.com.br)
Anna Flavia de Senna Franco – ANA (annaflavia@ana.gov.br)
Carlos Felipe de Andrade Abirached – OAB/Taubaté-SP (cafe_aa@yahoo.com.br)
Célia Cristina Moura Pimenta – ANA (celiacristina@ana.gov.br)
Daniela Gurgel de Amorim – CHESF (danielag@chesf.gov.br)
Enéas Souza Machado – SEMA-PR (eneas@pr.gov.br)
Francis Priscilla Vargas Hager – SRH/MMA
Francisco José Pompeu Campos – ANA (francisco.pompeu@ana.gov.br)
Gualter de Carvalho Mendes – MME (gualtermendes@mme.gov.br)
Ivana Pinheiro Coelho – CONJUR/MME (ivana.coelho@mme.gov.br)
José Carlos Pires – APUANA/Arambaré-RS (dep.mendesribeirofilho@camara.gov.br)
José Cupertino Tenório Netto – ABINAM (jc-tenorio@uol.com.br)
Lucila Massae Hayashi – Eletrobrás (lucila@eletrobras.com)
Luiz Fernando de Arruda Gonçalves – COPEL (luiz.goncalves@copel.com)
Marcelo Jaques Martins – Eletrobrás (mjm@eletrobras.com)
Marcelo Taylor de Lima – CNI (mtaylor@cni.org.br)
Maria Cristina Yuan – IBS (crisyuan@ibs.org.br)
Marilene Ramos – FGV (mramos@fgv.br)
Márley Caetano de Mendonça – SRH/MMA (marley.mendonca@mma.gov.br)
Maurício Andrés Ribeiro – ANA (mauricio.andres@ana.gov.br)
Pedro Carlos Poccianti – ANA (pedro@ana.gov.br)
Roberto Alves Monteiro – SRH/MMA (roberto.monteiro@mma.gov.br)
Semiramis Biasoli – SRH/MMA (semiramis.biasoli@mma.gov.br)
Silas Vieira – Duke Energy (svieira@duke-energy.com)
Sônia Alves – Min. Cidades (sonia.alves@cidades.gov.br)
Tatiana Rehder – WWF-Brasil (tatiana-rehder@hotmail.com)

RELATOR:

Luiz Cláudio de Castro Figueiredo (sec.executiva@cnrh-srh.gov.br)

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

DATA: 12/04/2004

Início: 9h45

Término: 18h25

Às nove horas e quarenta cinco minutos do dia doze de abril de 2004, no miniauditório do 4º andar do Edifício da CODEVASF, situado no SGAN 601, Brasília/DF, iniciou-se a 60ª reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), Presidente da CTIL, declarou abertos os trabalhos e deu boas vindas a todos. Noticiou sobre o novo integrante desta CT, o segmento dos consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas, na oportunidade

representado pelo Sr. Donizete Tokarski (Consórcios), assumindo a vaga anteriormente ocupada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Falou também sobre ofício da SERLA (**Anexo II**), encaminhado para conhecimento em conjunto com a documentação da reunião, referente à proposta de moção sobre a Lei nº 4.247, de 2004, do Estado do Rio de Janeiro. Com relação ao PL nº 1.616, relatou que o Secretário Executivo, Sr. João Bosco Senra, havia discutido com o atual relator da matéria na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, Dep. João Pizzolatti, sobre os prazos pretendidos para a conclusão do novo substitutivo. Disse que o Deputado havia se mostrado receptivo ao recebimento de contribuições encaminhadas pelo CNRH. Dito isso, ponderou que, por cautela, deveria ser meta desta reunião a finalização do documento de propostas ao PL e que, no caso de se ter um prazo estendido para a apresentação ao relator, teria vez então uma nova rodada de discussões. Ressaltou que, conforme pauta, a parte da tarde do segundo dia de reunião estaria reservada para debates conjuntos com a CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTCOB, sobre o mesmo PL nº 1.616. Disse que havia informado ao Presidente da CTCOB que as propostas aos artigos do PL já consensadas no âmbito da CTIL não deveriam ser, *a priori*, motivo de novos debates. A Sra. Francis Priscilla Hager (SRH/MMA) solicitou registro que todo artigo do PL referente a águas subterrâneas deveria ser submetido a análise técnica no âmbito da CT de Águas Subterrâneas - CTAS. Em contraponto, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) lembrou que todas as CTs tiveram oportunidade, a seu tempo, de efetuar análises e encaminhar sugestões aos artigos do PL. Passou-se então ao item 2 da pauta: aprovação da minuta de ata da 59ª reunião. A Sra. Daniela Amorim (CHESF) apresentou modificações solicitadas pela Sra. Sonáli Cavalcanti, que foram aceitas. Em seguida, a ata foi aprovada. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) passou ao item 3 da pauta: discussão sobre propostas ao PL nº 1.616. Partiu-se para discussão do documento de novos artigos propostos pela ANA, versão datada de 2 de abril de 2004 (**Anexo III**). A Sra. Ninon Machado (ONGs) opinou, e solicitou registro, que, de forma geral, algumas das propostas apresentadas na Câmara Técnica e o próprio PL estariam desvirtuando os princípios básicos de gestão compartilhada, descentralizada e participativa que teriam norteado a elaboração da Lei nº 9.433, de 1997. Durante os debates da proposta nº 5, o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) solicitou registro, pela pertinência do tema, de proposta de inclusão de novo artigo após o 21 do PL, relativo às bacias de rios fronteirizos e transfronteirizos. Disse que a Lei nº 9.433 e a Resolução CNRH nº 5 seriam relativamente omissas sobre o tema, embora boa parte dos recursos hídricos no país esteja nesta situação. Concluiu que a proposta pretendia corrigir tal equívoco. Foi a seguinte a proposta de novo artigo apresentada: "Art. 21A. Nas bacias hidrográficas de rios fronteirizos ou transfronteirizos com países limítrofes, a implementação dos mecanismos de gestão e aplicação dos instrumentos de gestão deverão obedecer aos acordos e tratados já estabelecidos ou mediante a formulação e estabelecimento de novos acordos e tratados específicos para a gestão de bacias hidrográficas e suas águas". Ficou acertado que a proposta deverá ser encaminhada para integrar uma possível nova rodada de discussões. Quando do debate da proposta de nº 20, ficou decidida a inserção, no documento de propostas, de artigo propondo a inclusão de um parágrafo único ao art. 35 da Lei nº 9.433, de 1997, no qual, conforme art. 2º da proposta de resolução elaborada no âmbito da CT de Análise de Projeto - CTAP (**Anexo IV**), seriam explicitados os projetos de aproveitamento de recursos hídricos que poderiam ser objeto de deliberação do CNRH. O documento de proposta de novos artigos em questão foi analisado na íntegra ainda durante esse período da manhã. Passou-se então para análise das propostas ao PL constantes do documento versão de 5 de abril de 2004 (**Anexo V**). Iniciou-se pela proposta de inserção de novo parágrafo no art. 6º trazida, conforme solicitado na reunião anterior, pela Sra. Ana Salett Marques (MME), que propôs também, complementarmente, uma nova redação para o art. 17. Após debates, ficou definido o texto para o parágrafo do art. 6º e em seguida, proposta pausa para almoço, às 12h45. O retorno ocorreu às 14h45, com o debate da proposta para o art. 17. O Sr. José Cupertino (ABINAM) apresentou e expôs argumentos sobre proposta encaminhada pela Associação Brasileira da Indústria de Águas Minerais - ABINAM, conforme ofício anexo (**Anexo VI**). A Sra. Francis Hager (SRH/MMA) também apresentou proposta de redação para o artigo, enviada pela CTAS, a qual, após debates, foi adotada. A Sra. Ninon Machado (ONGs) fez ressalva que o termo utilizado no texto "águas minerais, potáveis de mesa e para fins balneários", deveria ser mais abrangente para resguardar de mudanças em estudo nessa definição, que foi trazida pelo Código de Águas Minerais, de 1945, em especial os usos medicinais das águas. Tal questionamento deverá ser remetido para a CTAS. A discussão sobre o art. 48 foi remetida para debate conjunto com a CTCOB, embora o Sr. Marcelo Taylor

(CNI) tenha apresentado sua proposta de redação (**Anexo VII**), conforme solicitado na 59ª reunião. Dessa forma, passou-se para os novos artigos propostos para os Capítulos VI e VII. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse que esta proposta estava sendo apresentada em conjunto pela SRH/MMA e a ANA. Lembrou que a MP nº 165, de 2004, (**Anexo VIII**) ampliou a previsão para as entidades delegatárias estabelecida no art. 51 da Lei nº 9.433 para o trazido no art. 47 da mesma Lei e que, portanto, teria sido reforçada na proposta em questão a posição dessas entidades. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) disse que, apesar da ANA, por intermédio da PGE, ter contribuído para apresentar a versão do capítulo do PL nº 1.616 que ora se discute, solicitava que fosse registrado o posicionamento oficial da Agência de que, tendo em vista os vários modelos de agências de bacia ou de descentralização de gestão em implantação hoje no país, seria prematura a definição, nesse momento, do tipo de modelo para as agências de bacia. Portanto, complementou, seria melhor não se fazer este debate sobre o capítulo e o modelo de agência de bacia neste momento. Entretanto, se a maioria dos presentes preferisse continuar o debate, a ANA não se absteria do mesmo. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) solicitou registro da sua discordância. Partiu-se então para a leitura e esclarecimentos sobre cada artigo proposto para os citados capítulos do PL, numerados de 30 a 38F. Ao final, seguiram-se debates sobre os artigos. Para o art. 30, foi solicitada a verificação da utilização do termo “fins lucrativos” e sua substituição por “fins econômicos”. Para o art. 31, foi observada a necessidade da inserção de outras competências do Conselho de Administração, assim como da Diretoria Executiva das Agências. Os debates prosseguiram até o art. 38, inclusive. A Sra. Ninon Machado (ONGs) propôs a inserção de novo artigo ao PL falando da necessidade da adoção de princípios de articulação e cooperação entre os entes da Federação, além dos princípios de gestão descentralizada e compartilhada no âmbito dos segmentos integrantes do CNRH, entre outros. Em assuntos gerais, fez a entrega de CD-Rom à Secretaria Executiva e solicitou que fosse dada publicidade ao seu conteúdo, resultado da *e-conference* realizada em 2002 denominada “*Global Discussions 2002 – Successes and failures in gender mainstreaming in integrated water resource management*” (**Anexo IX**). Dispôs-se também a disponibilizar os resultados de outra *e-conference*, desta feita sobre a incorporação da questão de gênero na gestão de recursos hídricos, na promoção de um processo de inclusão social. Prosseguindo, a Sra. Ninon Machado (ONGs) relatou sobre a realização de oficina para discutir a forma de participação da sociedade civil na elaboração do Plano Nacional de Recursos Hídricos, relatando a pretensão de encaminhamento de recomendações à CT do Plano Nacional de Recursos Hídricos. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) sugeriu que os documentos supracitados fossem inseridos no *site* do CNRH, em espaço aberto para apresentação de trabalhos, sob a responsabilidade do proponente. O Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) falou sobre PL em discussão no âmbito do Ministério das Cidades instituindo normas para a contratação de consórcios públicos; solicitou que o documento fosse analisado no âmbito do CNRH. Foi requerido, para tanto, o encaminhamento formal do documento e da solicitação. Em seguida, às 18h25, foram encerrados os trabalhos do dia.

DATA: 13/04/2004

Início: 9h35

Término: 18h25

O segundo dia da 60ª reunião da CTIL foi aberto pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) às nove horas e trinta cinco minutos. A Sra. Ninon Machado (ONGs) solicitou que a Secretaria Executiva tomasse informações sobre notícia veiculada na imprensa referente à publicação de portaria do DNPM estabelecendo normas para a desmineralização parcial das águas minerais. O Sr. José Cupertino (ABINAM) noticiou que o Sr. Miguel Cedraz, Diretor Geral do DNPM, já havia tomado providências para desmentir o anunciado, uma vez que o DNPM havia se comprometido a realizar debates sobre o conteúdo da portaria. Em seguida, foram retomados os debates sobre as propostas ao PL nº 1.616, iniciado a partir do art. 38A, que foi remetido, por pertinência, para debate conjunto com a CTCOB. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) ratificou o posicionamento da ANA sobre a questão, conforme linhas 125 a 133 desta ata. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA), seguido pelo Sr. Márley Mendonça (SRH/MMA), reafirmou sua discordância; disse que os artigos apresentados para os capítulos VI e VII estariam representando o posicionamento da SRH/MMA relativo ao modelo de agência de bacia e entidades delegatárias, assim como do contrato de gestão. A Sra. Cristina Yuan (IBS) questionou então se as propostas de artigos apresentados não teriam o respaldo da ANA. O Sr. Reginaldo Miguel (ANA) esclareceu que a ANA apenas não teria um posicionamento técnico finalizado sobre a questão, já que existem três ou quatro modelos em implantação no país. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) solicitou o retorno ao debate sobre o PL, que naquele momento tratava das possibilidades de extinção de uma agência e

ocorrência de um processo de intervenção, além da forma de se garantir, no caso, a continuidade das atividades em andamento na bacia hidrográfica, assunto do art. 38D. O Sr. Francisco Pompeu (ANA) esclareceu que a MP nº 165 pretendia ampliar o horizonte do espírito da delegação das competências das agências, com o cuidado de não diminuir o papel e a importância dos comitês de bacia. Sugeriu então a exclusão do Cap. VI, que trata das agências de bacia, e que se procurasse no PL reforçar o papel das entidades delegatárias. Como contraponto, o Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) indicou que ao comitê caberia definir a forma de administração de seus recursos ao propor a criação de uma agência ou a delegação das competências da mesma a uma entidade. Durante os debates foi solicitado registro do posicionamento contrário da SRH/MMA e da ANA ao prazo estabelecido na proposta de parágrafo único do art. 36. Nesse momento, às 12h50, foi proposta pausa para almoço. No período da tarde, iniciado às 14h50, deu-se início à reunião conjunta desta CTIL com a CT de Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos – CTCOB. A abertura contou com a presença dos presidentes das Câmaras Técnicas, Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) e Sr. Décio Michellis (Concessionárias de geração hidrelétrica), respectivamente. Com a palavra, o Sr. Décio Michellis (Concessionárias de geração hidrelétrica) declarou aberta a 22ª reunião da CTCOB e, fazendo um resumo sobre a tramitação do PL nº 1.616 na Câmara dos Deputados, destacou que ainda haveria a análise do PL no âmbito de duas comissões, antes da atual, para sua finalização. Referindo-se à aplicação dos recursos oriundos da cobrança, questionou se as despesas para a implementação do sistema deveriam ser por esses recursos custeadas, conforme ocorria com os 7,5% destinados ao custeio da implementação, definidos pela Lei nº 9.433, de 1997. Comentou ainda que as propostas ao PL estabeleciam para as PCHs a obrigatoriedade de pagamento dos 0,75% sobre o valor da energia produzida a título de cobrança pelo uso da água. Concluiu que, de uma forma geral, o viés trazido no PL estaria dissonante com as propostas trazidas na resolução sobre cobrança em discussão na CTCOB. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/ANA), por sua vez, informou que o Secretário Executivo do CNRH, Sr. João Bosco Senra, havia recebido do Dep. João Pizzolatti, atual relator do PL, sinalização da possibilidade da apresentação do seu relatório sobre o PL no mês de maio. Em função dessa data, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/ANA) justificou a premência adotada na CTIL para a consecução de um documento final para apresentação de propostas ao PL. Caso ficasse configurado um prazo maior, complementou, a Câmara poderia partir para uma nova rodada de discussões sobre o PL. Com relação à sustentabilidade do sistema, ratificou sua posição favorável ao pagamento pelo uso da água por parte de todos os segmentos usuários, e que os recursos oriundos da cobrança fossem aplicados na bacia de origem, além do apoio aos 7,5% destinados à implementação do sistema. Entretanto, ponderou, a realidade vinha mostrando a insuficiência dos recursos advindos dos 7,5% para a sustentabilidade de uma agência de bacia, destacando que a previsão deveria ser para manutenção de todo o sistema. Propôs então que a CTCOB se detivesse sobre esse tema, inclusive estudando propostas de novos percentuais, levando em consideração que a cobrança na própria bacia, chamada voluntária, seria um valor passível de variações, enquanto o oriundo do setor hidrelétrico, mensurável. O Sr. Décio Michellis (Concessionárias de geração hidrelétrica) lembrou que esse exercício de certa forma já havia sido feito quando da elaboração do relatório de atividades da CTCOB, tendo sido encontrado um percentual de 21% sobre os recursos oriundos do setor hidrelétrico. O Sr. Gualter Mendes (MME) destacou que os recursos advindos das PCHs seriam um percentual irrisório dentro do montante global arrecadado junto ao setor hidrelétrico e ainda, que sua inclusão iria contra os incentivos governamentais ao setor. Dando prosseguimento, o Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) destacou então os pontos trazidos para debate conjunto das propostas ao PL nº 1.616: propostas 14 e 15 do documento de novos artigos; art. 38A e 48 do documento de propostas ao PL. Após esclarecimentos sobre a intenção de análise conjunta dos artigos do Cap. IV, afeto ao tema da cobrança, partiu-se para a análise dos itens acima elencados. Assim sendo, o Sr. Pedro Poccianti (ANA) solicitou a retirada das propostas 14 e 15, uma vez que o tema correspondente já teria sido abordado quando dos debates para a redação da proposta ao art. 26 do PL. Destacou a interface existente entre os artigos 38A e 48 e solicitou que a Sra. Anna Flávia Franco (ANA) fizesse uma exposição sobre o assunto. A Sra. Anna Flávia Franco (ANA) procedeu a explanação sobre as particularidades e a destinação atual dos recursos oriundos da cobrança, tanto do setor hidrelétrico quanto na própria bacia. Argumentou que, para iniciar a discussão, seria preciso lembrar que existem dois tipos de cobrança: a denominada “condominial” e a compulsória do setor elétrico. Referindo-se ao recurso “condominial” disse que, apesar do art. 22 da Lei nº 9.433, de 1997, estabelecer sua aplicação “prioritariamente” na bacia de arrecadação, hoje, devido a forma como teria sido

montado o orçamento da União, esse recurso estaria retornando “exclusivamente” para ações na bacia em que foi arrecadado, conforme o caso da bacia do rio Paraíba do Sul. Nesse contexto, prosseguiu, seria entendimento na ANA que a parte desse recurso arrecadado correspondente ao inciso II, do artigo 22, relativa a parcela de despesas de custeio administrativo, deveria ser direcionado para o custeio administrativo do comitê e da agência da bacia. Sendo assim, concluiu, a mudança trazida no PL nº 1.616 de alteração do termo “prioritariamente” para “exclusivamente” teria total concordância da ANA. Com relação à cobrança compulsória aplicada ao setor elétrico, ponderou que o termo “exclusivamente” precisaria ser repensado porque, embora fossem recursos decorrentes da energia gerada na bacia, seriam indiretamente cobrados nas contas de energia em todo o país. Portanto, observou, quem pagaria os 0,75% arrecadados sobre o valor da energia gerada em uma bacia específica seriam todos os usuários de energia elétrica do Brasil, independente da sua localização. Ressaltou que o valor representado pelos 0,75% não estaria de fato sendo “exclusivamente” utilizado para a implementação do sistema, sendo passível de contingenciamento, e o restante, utilizado também para o financiamento de ações nas bacias como os planos, os cadastros de usuários, os sistemas de informações, dentre outros. A Sra. Anna Flávia Franco (ANA) deixou clara a sua concordância e a legitimidade do processo democrático de decisão do CNRH, mas destacou que, mantida a forma como os recursos destas receitas vêm sendo alocados no orçamento da ANA, sua destinação exclusiva para a bacia na qual foram gerados poderá comprometer os compromissos institucionais da ANA com a implementação dos instrumentos do sistema nacional de recursos hídricos no âmbito do país. Prosseguindo, observou ainda que, caso a receita dos 0,75% fosse destinada exclusivamente para a bacia de origem, uma distribuição desproporcional seria gerada e com isso, formas alternativas teriam que ser buscadas junto ao Ministério da Fazenda ou do Planejamento para cobrir as despesas que a ANA necessitaria para atendimento das suas atribuições. Pelo acima explicitado, concluiu, a proposta da ANA seria que o recurso dos 0,75% fosse considerado cobrança pelo uso de recursos hídricos, mas com características peculiares. Argumentou que já existiria um retorno grande para os municípios da bacia proporcionado pelos recursos da compensação financeira e ainda, que os recursos dos 0,75% teriam o objetivo principal de, segundo a lei, servir para a implementação da política e do sistema nacional. Em seguida, o Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) observou que, por princípio, os recursos da cobrança seriam responsabilidade do comitê de bacia, em que pesem as argumentações contrárias trazidas pela Sra. Anna Flávia Franco (ANA). Adotando o mesmo posicionamento, o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) disse que o sistema deveria se fortalecer pela descentralização, não somente pela viabilização de sua máquina administrativa. O Sr. Alberto Schwartzman (IGAM-MG) também concordou, ressaltando que como sistema deveriam ser entendidos todos os seus integrantes. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (Concessionárias de geração hidrelétrica) expôs sobre proposta referente aos art. 43 e 48 que trazia, além da explicitação do valor dos 0,75% como cobrança pelo uso da água, uma definição de percentuais distintos para alocação dos recursos de custeio da implementação do sistema oriundos do setor hidrelétrico e da própria bacia (**Anexo X**). O Sr. Pedro Pociotti (ANA) fez um detalhamento por bacia dos recursos aplicados pela ANA, fazendo um comparativo com os recursos obtidos pelas duas formas, na própria bacia e do setor hidrelétrico. A Sra. Cristina Yuan (IBS) disse que entendia toda a dificuldade em se implementar o sistema. Entretanto, como representante de um setor usuário pagante, externou sua preocupação maior com a gestão de recursos hídricos. O Sr. Marcelo Carvalho (Furnas) opinou que o retorno dos recursos oriundos do setor hidrelétrico à bacia de origem poderia gerar distorções. O Sr. Fernando Cabral (Min. Integração) mostrou sua preocupação em manter preservados os direitos de todos os usuários. Disse que o modo estabelecido nas Leis nº 9.433 e 9.984 para aplicação dos recursos da cobrança estaria sendo desrespeitado e que compartilhava a idéia de tratamento diferenciado para determinação dos recursos alocados para custeio da implementação do sistema. A Sra. Marilene Ramos (FGV) opinou que as incompatibilidades entre as Leis nº 9.433 e 9.984 estariam surgindo com o exercício da prática de gestão. Referindo-se à aplicação dos recursos da cobrança, preconizou a importância de uma solidariedade financeira e também de se considerar as particularidades do país. Disse que a fonte 116 seria exclusiva para abrigar os recursos oriundos da cobrança aplicada diretamente aos usuários integrantes da bacia e que esses recursos, no caso do Paraíba do Sul, estariam, com todos os percalços, retornando para a própria bacia. O Sr. Fernando Rodrigues (Comitês) disse que se deveria, acima de tudo, objetivar a justiça na distribuição dos recursos da cobrança. O Sr. Décio Michellis (Concessionárias de geração hidrelétrica) disse que as justificativas apresentadas pela Sra. Anna Flávia Franco (ANA) não

Ihe pareciam convincentes. Indicou que uma regra proporcional a área das bacias poderia ser adotada na distribuição dos recursos oriundos do setor hidrelétrico. Opinou que as funções de Estado de gestão de recursos hídricos não deveriam ser imputadas à cobrança, uma vez que tributos seriam recolhidos para tanto. O Sr. Gualter Mendes (MME) disse avaliar positivamente a proposta apresentada pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA); fez ressalvas para alguns aperfeiçoamentos relativos às remissões adotadas. O Sr. Luiz Fernando Gonçalves (Copel) discordou do estabelecido no § 3º proposto para o art. 48 do PL e argumentou que, dessa forma, percentuais também deveriam ser estabelecidos para os demais segmentos usuários. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) disse entender que as PCHs, por não necessitarem de reservação, não estão sujeitas ao pagamento da compensação financeira prevista em lei, mas que, entretanto, permaneceriam sujeitas à cobrança pelo uso da água, conforme a Lei nº 9.433, de 1997. Lembrou que a proposta trazida no § 3º, conforme debates no âmbito da CTIL, se justificaria por uma questão de isonomia. Ao final dos debates, ficou definida a aceitação dos conceitos trazidos na proposta encaminhada pelo Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) para os art. 43 e 48 do PL. Dessa forma, representantes da SRH/MMA e ANA deveriam trabalhar, no âmbito da CTCOB, no aperfeiçoamento do seu texto e na apresentação de proposta para a definição dos percentuais distintos destinados ao custeio da implementação do sistema. Foi ainda solicitada a contribuição do Sr. Gualter Mendes (MME) no aperfeiçoamento das remissões. Com relação às propostas ao PL, foi definida a retirada do art. 38A proposto para o seu Cap. VII. A Sra. Daniela Amorim (CHESF) solicitou registro de que, no entendimento da CHESF e demais empresas do setor, não poderia ocorrer a distinção entre os 6,0% e os 0,75%, sendo ambos considerados pagamento pelo uso dos recursos hídricos. Encerrados os debates, ficou conforme **Anexo XI** o documento de propostas ao PL nº 1.616 produto desta reunião. O Sr. Maurício Andrés (ANA) solicitou que, caso venha a ser dada continuidade aos debates sobre propostas ao PL nº 1.616 na próxima reunião da CTIL, sejam abordadas as propostas encaminhadas pela ANA para uma segunda rodada de discussões. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut (SRH/MMA) concordou, com a ressalva da observância aos prazos do relator. O Sr. Décio Michellis (Concessionárias de geração hidrelétrica) indicou sua preocupação com o cumprimento da determinação trazida no âmbito da Resolução CNRH nº 35, em seu art. 2º: "Art. 2º Para cumprimento do que dispõe o § 4º do art. 21 da Lei nº 9.984, de 2000, a ANA e os Comitês de Bacia Hidrográfica em rios de domínio da União encaminharão ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos, até 31 de maio de 2004, os planos de aplicação dos recursos oriundos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos do setor hidrelétrico e dos demais usuários, por bacia hidrográfica, para o exercício de 2005". Ficou definido que, pelo seu caráter técnico, o assunto deveria ser debatido na continuidade dos trabalhos da reunião da CTCOB. A Sra. Anna Flavia Franco (ANA) solicitou que a SRH/MMA e a ANA se incumbissem de chegar a consenso sobre critérios para consecução do solicitado nesse art. 2º. Às 18h25, os dois Presidentes declararam encerrada a sessão conjunta e agradeceram a presença e o empenho de todos.

RESUMO DA REUNIÃO:

- aprovada a ata da 59ª reunião da CTIL;
- conforme proposto no início da reunião, foi finalizada a rodada de análise das propostas ao PL nº 1.616, de 1999, ficando pendente a redação e a definição dos percentuais constantes das propostas aos art. 43 e 48 do PL, a cargo da CTCOB;
- foi solicitado o encaminhamento à CTAS de questionamento sobre o termo "águas minerais, potáveis de mesa e para fins balneários", utilizado no texto da proposta ao art. 17;
- o Sr. Donizete Tokarski (Consórcios) falou sobre PL em discussão no âmbito do Ministério das Cidades instituindo normas para a contratação de consórcios públicos; solicitou que o documento fosse analisado no âmbito do CNRH;
- o Sr. Maurício Andrés (ANA) solicitou que, caso venha a ser dada continuidade aos debates sobre propostas ao PL nº 1.616 na próxima reunião da CTIL, sejam abordadas as propostas encaminhadas pela ANA para uma segunda rodada de discussões.

Ata aprovada na 61ª reunião da CTIL, realizada em 25 e 26 de junho de 2004.

JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente

LUIZ CLÁUDIO DE CASTRO FIGUEIREDO
Relator